

APRESENTAÇÃO E PROPOSTAS PARA GESTÃO 2025/2026

DES. RAMON DE
MEDEIROS NOGUEIRA



SOBRE MIM



Nasci em 1º de março de 1973, no município de Coronel Vivida. Sou pai de duas filhas, Laura e Cecília, e casado há 25 anos com a Sra. Cristiane de Oliveira Azim Nogueira. Meus hobbies são jogar e assistir futebol, além de compor músicas.

ATUALMENTE



Atuo como Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) desde a sua criação, em abril de 2021. Também sou Conselheiro Fiscal do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (COPEDEM), integro o Comitê Nacional de Precatórios do Fonaprec e o Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF)

EXPERIÊNCIAS



Formado em Direito pela UFPR em 1995 e Mestre em Direito Comercial pela PUC-SP em 2001; Fui professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Curitiba no período de 1999/2009, chefe de Departamento de Direito Privado da mesma instituição no período de 2003/2005 e professor de Direito Comercial da Universidade Tuiuti do Paraná, entre 2001 e 2003.

Na OAB/PR, fui membro da Comissão de Apoio ao Advogado iniciante (2001/2003), diretor secretário-adjunto da Caixa de Assistência 2003, Conselheiro Estadual na gestão 2004/2006 e membro da Comissão de Estágio e Exame, na mesma gestão.

No período de 2008 a 2010 atuei como procurador-geral do TJD. Diretor Jurídico da Sanepar em 2011. Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Paraná no ano 2015.

Em 14 de dezembro de 2015 fui nomeado desembargador do TJPR, em vaga do Quinto Constitucional destinada a OAB/PR.

INSTITUCIONAL

- **Buscar aproximação** do nosso Tribunal de Justiça com os Tribunais Superiores, o Conselho Nacional de Justiça e demais Tribunais Estaduais, promovendo ações conjuntas sobre temas de interesse comum.
- **Fortalecer a relação institucional** com os demais Poderes do Estado, para o desenvolvimento de projetos e ações de interesse do Tribunal, de forma harmônica e independente.
- **Investir na capacitação de servidores** e no **aperfeiçoamento de magistrados**, patrocinando cursos, encontros e estimulando a criação de grupos de estudos, para que todos tenham mais confiança e agilidade na atuação profissional.
- **Ampliar o apoio à EJUD-PR** (Escola Judicial do Paraná) no desenvolvimento de capacitações institucionais, credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação para oferta de programas de especialização e especialmente na Implantação da residência jurídica.
- **Implementar um Portal de projetos e Boas Práticas**, reunindo iniciativas inovadoras que possam ser replicadas no Tribunal e nas Comarcas do Estado, para modernizar e aumentar a eficiência dos serviços judiciários.
- **Fomentar a Agenda 2030 da ONU**, por meio dos seus 10 Princípios Universais e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), observando o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça para o sexênio 2021-2026.
- **Implementar o Conselho Permanente de Ex-Presidentes**, que se reunirá por provocação da Presidência do Tribunal para auxiliar na tomada de decisões em casos de relevância e importância.

REMUNERAÇÃO

- **Garantir a continuidade da pauta remuneratória concretizada pela atual Presidência**, com o pagamento mensal de valores acumulados, como forma de reconhecimento pelo trabalho árduo e edificante que vem sendo realizado por nossos juízes e desembargadores em todo o Estado.
- **Assegurar melhorias salariais para magistrados e servidores, ativos e inativos**, mediante ações para que viabilizem a devida recomposição remuneratória e adequação dos benefícios.
- **Manter o incentivo à capacitação de servidores**, ampliando os valores que vêm sendo pagos a título de gratificação por qualificação e capacitação profissional.
- **Estabelecer canais efetivos de comunicação** entre a administração e os magistrados e servidores, ativos e inativos para discussão de propostas salariais, visando a transparência e diálogo.
- **Definir calendário para venda de férias e licença especial** a cada semestre, criando previsibilidade orçamentária para a Secretaria de Finanças.

MAGISTRATURA

- **Melhorar as condições de trabalho da magistratura**, aprofundando os estudos para equalizar o volume de trabalho e a distribuição processual.
- **Investir em recursos tecnológicos e de inteligência artificial** para automação de rotinas e tarefas burocráticas, auxiliando magistrados em suas atividades jurisdicionais e de gestão das respectivas unidades judiciais.
- **Aproximar a cúpula diretiva dos magistrados de primeiro grau**, com reuniões periódicas entre estes e a Presidência, visando uma compreensão mais ampla e sensível das reivindicações da magistratura, bem como a identificação de possíveis melhorias na prestação jurisdicional

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

- **Fomentar a capacitação de magistrados** na área de inteligência e segurança institucional, mediante parcerias com órgãos e instituições de inteligência e segurança nacionais, garantindo o bem-estar e a segurança física de todos.
- **Integrar as políticas do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional** com as políticas de segurança pública do Estado;
- **Aprimorar o protocolo de segurança interna** das unidades judiciárias.

SAÚDE

- **Implementar programas de saúde mental para magistrados e servidores**, incluindo acesso a terapia e aconselhamento para lidar com o estresse e prevenir o esgotamento profissional.
- **Investir em recursos humanos e tecnológicos**, ampliando o atendimento Médico do Tribunal por teleconsulta, garantindo que servidores e magistrados fora da capital também tenham acesso a cuidados médicos de qualidade.
- **Desenvolver campanhas de saúde preventiva**, como exames regulares, vacinação e conscientização sobre doenças crônicas.
- **Estabelecer parcerias relacionadas à prática desportiva e terapêuticas** em todo o Estado, com atenção especial às atividades laborais, para melhorar a saúde física e reduzir o sedentarismo.

ADMINISTRAÇÃO

- **Fomentar a contínua troca de experiências entre o nosso Tribunal e as demais cortes estaduais**, compartilhando nossas boas práticas e absorvendo práticas exitosas de outros Tribunais, diminuindo o retrabalho institucional.
- **Estruturar o Escritório Corporativo de Projetos**, na Secretaria de Planejamento, para efetiva padronização de acompanhamento dos projetos em andamento.
- **Ampliar o Programa de Gestão da Inovação** do judiciário estadual, fomentando o Programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça, com o uso de da Inteligência Artificial para aumentar a produtividade, melhorar a qualidade dos serviços judiciários e reduzir custos.

INFRAESTRUTURA

- **Aperfeiçoar os sistemas de informática**, proporcionando a operabilidade através de dispositivos móveis (smartphones), tornando a prestação jurisdicional mais célere e acessível.
- **Investir na melhoria de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e comunicação** (TIC), bem como na disponibilidade de suporte e serviços aos magistrados e servidores, ampliando a qualidade do atendimento e da prestação dos serviços internos.
- **Aprimorar equipamentos e plataformas virtuais de comunicação** para realização de atividades administrativas e jurisdicionais, em alinhamento às políticas corporativas e de segurança da informação.
- **Iniciar projetos e obras** para ampliar o estacionamento do Palácio da Justiça.

SUSTENTABILIDADE

- **Concluir o projeto da usina fotovoltaica de Campo Mourão** e iniciar novos projetos que visem a diminuição de gastos e a sustentabilidade energética, com a meta de ser o TJPR o primeiro Tribunal do Brasil com emissão zero de carbono.
- **Implementar práticas sustentáveis**, como a instalação de painéis solares - incluindo a conclusão da usina fotovoltaica de Campo Mourão -, sistemas de coleta e reutilização de água da chuva, e substituição gradual de veículos por modelos elétricos ou híbridos. Essas ações demonstram o compromisso com a responsabilidade ambiental e a redução da pegada ecológica do tribunal, com a meta de tornar o TJPR o primeiro Tribunal do Brasil com emissão zero de carbono.
- **Buscar parcerias com ONGs Ambientais**, a fim de estabelecer parcerias com organizações não-governamentais que atuam na área ambiental para desenvolver projetos conjuntos de sustentabilidade. Essas parcerias podem trazer novas ideias, recursos e aumentar o impacto das iniciativas do tribunal.
- **Obter certificações de sustentabilidade** para os prédios do tribunal através de auditorias energéticas e ambientais e a implementação de melhorias necessárias. Essa certificação demonstra o compromisso com a excelência ambiental e a responsabilidade sustentável, servindo como exemplo para outras instituições.
- **Instalar estações de carregamento para veículos elétricos** nos estacionamentos dos prédios do Tribunal, incentivando o uso de veículos elétricos entre servidores e magistrados, promovendo a mobilidade sustentável.
- **Buscar a certificação ISO 14001**, que estabelece padrões para sistemas de gestão ambiental. Essa certificação demonstra o compromisso do Tribunal com a melhoria contínua em práticas ambientais e a conformidade com regulamentos ambientais.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

- **Garantir total acessibilidade nos prédios do TJPR**, adaptando todas as unidades com rampas, elevadores, banheiros acessíveis e sinalização em braile para assegurar que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham pleno acesso às instalações e serviços do tribunal.